

INFÂNCIA E LAZER NA CULTURA DO CONSUMO: UM ESTUDO SOBRE OS SHOPPING CENTERS EM UMA NOVA ESPACIALIDADE URBANA

Leandra Fernandes Resende

Acadêmica EEEFTO/UFMG – PET/SUSu/MEC.

José Alfredo Oliveira Debortoli

Doutorado – EEEFTO/UFMG.

RESUMO

Apresentamos neste texto o projeto de pesquisa que desenvolvemos no Programa de Educação Tutorial do Curso de Graduação em Educação Física da UFMG. O estudo tem como foco a infância contemporânea, e os shoppings centers como locus de investigação, tomados como uma instituição que participa de forma significativa na construção de representações sobre as crianças. Buscamos reconhecer experiências de lazer das crianças nesse espaço e tempo social, que tem nas relações de consumo elementos que condicionam a construção social da infância na atualidade. Em uma nova espacialidade urbana problematizamos signos que produzem uma infância inserida em uma nova ordem simbólica.

ABSTRACT

We present in this text the research project that we developed on tutorial education program part of UFMG's Physical Education course. It has the contemporary childhood as the object and the shopping's centers as the space of investigation taken like the institution that significantly takes part on the construction of representation about children. We seize the recognition of children's leisure experiences at this place and social time that has in consumption relations the elements that allow the condition of the social construction of childhood. We question the signs that produce a childhood insert in a new symbolic order.

RESUMEN

Nosotros presentamos en este texto el proyecto de pesquisa que desarrollamos en el programa de educación tutorial do curso de educación física da UFMG. Este trabajo tiene como foco infancia contemporánea y los centros comerciales como espacio de investigación, pegados como una institución que participa significativamente en la construcción de representaciones sobre los niños. Nosotros buscamos reconocer experiencias de recreo de los niños en este espacio y tiempo social, que tiene en las relaciones de consumo, elementos que condicionam la constrcción social de la niñez en la actualidad. Problematizamos signos que producen una infancia inserida en una nueva orden simbólica.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Conforme destaca Pereira (2002), vivemos em uma época marcada pela velocidade, na qual as informações nos chegam de tal forma que desafiam nossa capacidade de compreensão. As tarefas e compromissos vão preenchendo nossa agenda, não mais permitindo o “ficar à toa”. As relações sociais, as obrigações e até o tempo chamado “livre” tem hora para começar e acabar. O que até então constituía rotina dos adultos, de uns tempos pra cá, vem se transformando em uma série de tarefas que também marcam e significam o cotidiano das infâncias. Atualmente, as crianças vivem um cotidiano marcado por afazeres e horários a cumprir: escola, aula de inglês, informática e escolinha de

esporte. No final do dia, crianças de classe média são atraídas a um *drive true*, típicas lanchonetes *fast foods* que caracterizam este ritmo incessante, inaugurado pelo modo de produção capitalista. Finalmente, quando chegam em casa, quando não têm as inúmeras tarefas de escolares ainda por fazer, muitas se isolam em frente das telas, ou do computador, que oferecem diversas opções de jogos, ou da televisão e os canais com programação exclusivamente infantil.

Assim, estes novos hábitos vão fazendo parte do dia-a-dia dos adultos e das crianças, Convergem suas relações para espaços que possam oferecer, segundo Valquíria Padilha (2006), diferentes mercadorias a serem consumidas (alimentos, roupas e acessórios, perfumes, discos, livros), serviços (correios, bancos, salões de beleza, agências de viagem e opções de lazer (cinema, jogos eletrônicos), bem como as experiências culturais disponíveis (exposições, apresentações musicais). Estas experiências concentram-se, na maioria das vezes, em um só lugar.

Como assinala Ricardo Antunes (2006), os Shoppings centers representam uma mercadorização de tudo que possa ser convertido em valor de troca. Este espaço surge para responder a essa necessidade criada no século XX de termos tudo ao mesmo tempo, ao nosso alcance refletindo os novos modos de experimentar a vida que são segundo Rita Pereira (2002) pautados na dispersão, na simultaneidade, na superficialidade e acrescento ainda os conceitos trazidos por Padilha, do descartável, do supérfluo. Com isso, retorno ao sujeito em questão, assim, onde estão as crianças em meio a essa contemporaneidade que tem se caracterizado pelas relações de produção e de consumo permeando as interações sociais; onde a eterna busca do novo, da promessa de felicidade é transformada em objeto de consumo.

Em meio a esse contexto buscamos encontrar e conhecer as crianças; a infância contemporânea. Mas o que significa ser criança atualmente? Como esta cultura re-define o papel desses sujeitos? Qual o novo papel que eles assumem? Partindo desses questionamentos, encontramos o shopping center como signo por excelência das relações contemporâneas, que constituem recorte histórico, cultural e político escolhido para compreender a infância.

Os Shoppings aparecem nesse estudo como parte de uma nova ordem social que reconstrói a organização, os significados e os destinos da cidade e, porque não dizer, da infância. Constitui-se, entretanto, fundamental compreender, na espacialidade urbana contemporânea, a presença, a participação, as formas de convivência, os signos, os ritos que produzem uma infância inserida em uma nova ordem simbólica. Uma vez que, atualmente, a institucionalização das crianças não se reduz à família e à escola, reafirmamos a importância de compreender qual o lugar que os shoppings ocupam na vida das crianças, particularmente, significadas por uma nova cultura do consumo?

Para apresentar esse projeto de pesquisa elegemos como eixos: a pesquisa com crianças e as contribuições da sociologia da infância aos estudos do lazer; sobre a construção social da infância na espacialidade urbana contemporânea e sobre os shoppings como o simulacro de uma sociedade de serviços.

2. SOBRE A PESQUISA COM CRIANÇAS EM UM NOVO CONTEXTO URBANO CONTEMPORÂNEO.

Em uma perspectiva tanto histórica quanto sociológica, tem-se buscado romper com a ausência das crianças na análise social. A partir da década de 1980, a concepção de infância como categoria social intensificou uma busca de interseção mais consistente das pesquisas que propõem um diálogo entre as ciências humanas e as ciências sociais. Cada vez mais, as crianças deixam de ser tomadas como objeto moldado pela moral e autoridade

dos adultos e instituições, afirmadas como parceiros com os quais é preciso dialogar. Essa noção, também, remete a uma compreensão ampliada das experiências de infância, envolvendo variáveis como classe social, gênero e pertencimento étnico.

Tal perspectiva solicita reflexões de cunho tanto teórico quanto empírico, procurando compreender em que medida uma apropriação da infância como objeto sociológico pode contribuir e promover articulações fecundas e necessárias com as ciências humanas. Como ressaltam Souza (2000), Amorim (2001) e Castro (2001), uma questão importante é o foco da análise na relação entre adultos e crianças, que é, por natureza, *alteritária* e requer que a compreensão das presenças sociais não se dê de forma isolada. Pensar a inserção social e cultural da infância implica, também, problematizar as condições de vida e as experiências dos adultos.

Ao problematizarmos a pluralidade dos sistemas de valores, de crenças e de representações sociais das crianças, isto remete a uma construção de pesquisa que, também, problematize os processos decorrentes de uma crescente institucionalização da infância e do controle dos seus cotidianos pela escola, pelos tempos livres, pelas práticas familiares, pelos meios de comunicação e informação, pelos jogos, etc. (SARMENTO e PINTO, 1997, p. 22)

Nesse contexto, as interpretações da inserção das crianças nos processos de relação e produção da cultura sustentam-se nas condições sociais em que as crianças vivem, interagem e que dão sentido ao que fazem. Não obstante, pensar a especificidade da infância remete às contradições e relações de poder que instauram os diferentes processos simbólicos que constituem uma cultura humana demarcada como construção histórica. As questões que atravessam a cena social tocam crianças e adultos. A escola, o trabalho, os tempos de lazer, os brinquedos, as brincadeiras, as artes, as cidades, a imaginação, a criatividade, o afeto, a sexualidade, a autonomia, a dependência, a educação e o cuidado nos colocam diante de nossa condição humana relacional.

Problematizar a infância, o corpo, as relações entre crianças e adultos, os processos de elaboração do conhecimento diz respeito à educação humana. A reflexão dos conhecimentos culturais, dos processos de institucionalização, do controle e disciplina das crianças são temas que estão postos para os diferentes contextos e processos de formação humana.

Assim, a proposição de uma pesquisa “sobre” e “com” a infância implica reflexão política, ética e estética da visibilidade histórica das crianças. Sua elaboração expressa o projeto cultural que a condiciona e anuncia. As respostas que buscamos dependem da capacidade de assumir responsabilidades diante daquilo que as crianças irão mostrar e daquilo que iremos conhecer. Dependem, também, da capacidade de colocar em questão os lugares que construímos para elas.

A compreensão da infância que formos capazes de produzir nos expõe, expõe nossa sociedade. Toca em uma reflexão sobre o poder: até que ponto estamos dispostos a partilhar com as crianças (poderia referir aqui a atores sociais com histórias singulares, como as mulheres, os negros e tantos outros grupos humanos que se apresentam enigmáticos pela sua diferença-beleza-estranheza-exclusão) da reconstrução e ressignificação do nosso presente/olhar? A pesquisa da infância coloca no centro da reflexão o lugar que os adultos, as instituições educativas, as famílias ocupam nos processos de construção, partilha, transmissão, apropriação e domínio da cultura, das experiências, dos saberes e dos aparatos técnicos.

No campo da pesquisa, como em qualquer outro campo social, é preciso assinalar a histórica “menorização” das crianças na participação da construção da cultura e na organização dos sistemas sociais. Isso torna urgente, citando Castro (2001, p. 28), desfocar o debate sobre uma suposta inferioridade ou incompetência da criança em relação ao

adulto, para colocá-la em termos processuais e relacionais, buscando os significados que emergem na ação e da ação das crianças, mesmo, ainda, mergulhada em relações desiguais de poder e saber. Contrapondo-se a essa “menorização” das crianças – por razões sociais e ideológicas –, o conhecimento da infância se revela na capacidade de reconhecer as várias e surpreendentes formas de expressar sua “voz” e de agir no mundo.

Procuramos sistematizar conhecimentos tanto políticos quanto éticos e estéticos, propondo conhecer, compreender e revelar as condições de inserção das crianças no contexto urbano contemporâneo. Isso pressupõe problematizar os processos de transmissão e produção da cultura, seus princípios e responsabilidades humanas e sociais. Buscamos investigar a presença das crianças no espaço social contemporâneo (cidade, arquitetura, ruas, parques, espaços de lazer, experiências de brincadeiras, etc.), reconhecendo elementos que as crianças anunciam, tensionando e ressignificando os sentidos das cidades. Interessa-nos aprofundar estudos sobre uma infância refletida em inúmeros produtos culturais, materializados em brincadeiras, jogos, vídeos, internet, programas de televisão (inúmeras formas de especialização e espacialização da infância).

As problemáticas associadas à infância, como ressaltam Sarmento e Pinto (1997, p. 9), estão na ordem do dia das agendas políticas, dos meios de comunicação e da investigação. Situações dramáticas vêm causando impacto público internacional: crianças mortas pela fome, redes de pedofilia, crianças vítimas em conflitos armados, perseguições étnicas, entre outros contextos e condições materiais. A consideração e o tratamento das crianças como atores sociais de pleno direito, não como “menores” ou como componentes acessórios da sociedade dos adultos, têm implicado tanto o reconhecimento da capacidade de produção simbólica por parte das crianças quanto à compreensão das representações e crenças que incidem sobre as crianças em sistemas organizados.

A aproximação e diálogo com as crianças, problematizando suas relações com os adultos, com as instituições, com os tempos e espaços sociais, com as cidades, com os produtos culturais, com os processos de elaboração do conhecimento, trazem temas que estão postos para diferentes contextos e processos de formação. Tomando por referência a análise social de Giddens (1996), observamos que a construção simbólica de um estatuto social para a infância, vem se pulverizando em variados domínios de saberes, multiplicando as imagens sociais das crianças. A expressão das crianças no espaço público traz a infância para a cena de discussão e conquista de direitos sociais coletivos e subjetivos.

Mesmo reconhecendo que as presenças sociais das diferentes crianças no contexto urbano contemporâneo estão envolvidas em uma crescente institucionalização de um mercado globalizado, tal reflexão não pode nublar a importância do discurso da cidadania da infância ou das crianças como sujeitos sociais. Ainda que haja um agravamento das condições de vida das crianças em diferentes domínios, o discurso da cidadania das crianças apresenta o desafio de mudanças políticas e sociais que tensionem as formas de inclusão social, de participação na produção da sociedade e suas instituições. A visibilidade social das crianças como sujeitos de direitos escancara desigualdades sociais, submetendo nosso olhar a uma precariedade de relações que envolvem adultos e crianças. (KRAMER, 2003, p. 58)

Este debate é imprescindível para a consolidação de políticas sociais efetivas, bem como para a ressignificação da produção de conhecimentos em outra ordem simbólica e histórica, ampliando a compreensão de significados que se expressam no direito à infância, do direito de ser criança, do direito de brincar, do direito a diferentes equipamentos, tempos, espaços e processos que as possibilitem se apropriar do espaço público.

Discussões realizadas no campo do Lazer e das Políticas Públicas têm apresentado importantes questões que ressaltam outros significados e tensões para os diferentes espaços

sociais, ressaltando o direito de usufruir, apropriar e participar da produção da cultura em um novo contexto urbano, o que nos impõe problematizar as políticas, os equipamentos, os processos de decisão, que geram novas práticas e bens culturais, e simbólicos.

Desse ponto de vista, ressaltamos a importância de ampliar os estudos e a compreensão dos significados que as experiências de infância no contexto das grandes cidades assumem (ou podem assumir) em diferentes tempos e espaços sociais, atravessadas por construções históricas, por concepções e políticas, por discursos e práticas, pelas diferentes formas de inserção cultural que atravessam as muitas e diferentes maneiras de ser criança no cotidiano de nossas cidades.

Observamos, atualmente, uma infância que se expressa em uma pluralidade de faces. Como ressalta Castro (1999, p. 11), embora nossa visão da infância ainda esteja sustentada em uma percepção aparente de que as crianças permanecem submissas aos adultos e às instituições, nos interstícios das relações experimentadas na família, nas escolas e em outros espaços construídos especialmente para elas, outras “pedagogias” vão se instalando, condicionadas pelos mídias, pela televisão, pelos grupos de identidade, pelas novas territorialidades e subjetividades que passaram a constituir complexas relações sociais.

Contudo, também percebemos, em um contemporâneo que se aparenta, cada vez mais, globalizado, que as crianças estão, paradoxalmente, extremamente solitárias. Algumas têm seus pais ocupados unicamente com as próprias vidas, preocupados em ganhar dinheiro, outras experimentam duras relações e condições de sobrevivência em suas famílias, muitas habitam brutalmente as ruas construindo sozinhas suas próprias relações e princípios éticos. Tais questões precisam ser aprofundadas para que novas compreensões da vida e das relações das crianças com seus pais, com os adultos, com as cidades, com a temporalidade e a espacialidade contemporânea possam ser produzidas.

A rua, como espaço público, tem perdido, progressivamente, seu significado coletivo tanto em seus significados históricos e sociais tomados de forma ampla quanto materialmente como espaço ocupado por adultos e crianças, lugar de brincadeiras e encontros. Além do espaço-tempo privado da casa e da família, bem como da escola, as crianças eram reconhecidas pelos adultos, pelos moradores, pelos comerciantes de seus bairros, localidades e comunidades. Progressivamente as presenças sociais das crianças vêm se restringindo aos espaços fechados para conviver com alguns poucos amigos e, talvez, alguns poucos adultos, mudando as formas de relação, institucionalizando e especializando as normas, as brincadeiras, os usos do espaço, o encontro entre crianças e adultos, implicando outras redes simbólicas de subordinação cultural.

Entendemos ser fundamental compreender de que modos a infância vem sendo constituída nas condições da cultura contemporânea, produzindo novas subjetividades nas crianças. Isto nos remete, também, a encontrar outras maneiras de produzir narrativas das infâncias, cujo enfoque possa dar conta da multiplicidade, da contradição e da riqueza da experiência humana.

Em um emergente contexto de direitos, paradoxalmente, quanto mais se coloca ênfase na proteção e bem estar das crianças, mais normas, controles e relações institucionalizadas vão se instalando e constituindo uma infância que ganha significado em uma nova “cultura do consumo e do regulamento”. Propomos, por isso, buscar dentro de diferentes formações sociais, constituídas em um espaço urbano extremamente diverso, significados, discursos, políticas e relações atribuídas à experiência de infância, que se expressam em novas formas de institucionalização. Nesse contexto, como assinala Beatriz Sarlo (2000, p. 14) os shoppings expressam-se com um simulacro de serviços em miniatura, onde todos os extremos do urbano foram liquidados, revelando-se, paradoxalmente, como signo de uma nova identidade urbana.

3. UMA INFÂNCIA PRODUZIDA EM UMA NOVA ESPACIALIDADE: QUESTÕES PARA O CAMPO DO LAZER.

Propomos, assim, compreender as infâncias contemporâneas produzidas em uma nova “espacialidade” e “especialidade”, submetidas a inúmeras formas de atividades, espaços e tempos delimitados para ela. Nesse contexto, desejos e comportamentos vão sendo ordenados e “administrados”. Buscamos compreender de que maneira essas novas práticas sociais têm se inserido na vida das crianças. Assistimos experiências de infância envolvidas em uma crescente insularidade, circunscrita em espaços definidos que têm “guetificado” uma infância que, paradoxalmente, se expressa de modo cada vez mais plural.

Como enfatiza Castro (2001, p. 36), a condição socioistórica moderna que coloca homens e mulheres (e crianças, e negros, e homossexuais, e velhos, etc.) separados entre si destrói a capacidade política de convivência e ação, e pode levar à tirania. O isolamento, também, traz o desenraizamento, traz o sentimento de não pertencimento e opera uma clivagem cada vez mais profunda entre o sujeito individual, seus desejos, sua identidade e as referências à subjetividade coletiva, o que torna pouco receptível e sensível aos aspectos compartilhados, coletivos e públicos da vida.

A situação de não participação das crianças no processo de construção da espacialidade urbana se manifesta nas suas dificuldades de convivência com o outro, produzindo diferentes formas de preconceito e xenofobia, dando lugar a um processo de desarticulação social: crianças ricas e pobres têm sido alijadas de experiências mais amplas que a cidade pode oferecer.

Entretanto, a cidade, como afirma Castro (2001, p. 38), diferentemente de outras condições de subjetivação da criança como a escola e a família, propicia um outro tipo de inserção menos amarrada, que desestabiliza posições institucionais pré-estabelecidas (de filho e de aluno), nas quais crianças e jovens permanecem em uma relação de subordinação e inferioridade, e, por isso, anuncia possibilidades de construção de outros olhares e entendimentos das formas de organização da sociedade.

Mesmo que, na maioria das vezes, pareçam “invisíveis” e “negativizados”, crianças e jovens parecem participar efetivamente na vida cultural, econômica e social da cidade. Utilizam-se da cidade como recurso e fonte de novas percepções, conhecimentos e afetos, ainda que seja preciso ressaltar que essas relações sociais, na maioria das vezes, não são acompanhadas das experiências de complexidade que o espaço público e a vida coletiva podem oferecer, esvaziando suas potencialidades política, ética e estética.

Afirmamos, nesse sentido, a urgência de buscarmos realizar um diálogo com as crianças, capaz de trazer subsídios para uma compreensão mais profunda das implicações políticas de nossas atitudes e projetos no cotidiano, elucidando desafios da nossa época, transformando nosso pensamento crítico em ação na e para a vida em sociedade.

Desde os séculos XVII e XVIII, vem se consolidando um conjunto de representações, discursos, teorias, sentimentos e crenças sobre as crianças, estruturando dispositivos de socialização e controle. Os tempos atuais, por sua vez, introduziram novas circunstâncias e condições à vida e à inserção social da infância, o que justifica outros olhares e atenção. Sabemos, também, que as presenças sociais das crianças nas grandes cidades estão envolvidas em uma crescente institucionalização de um mercado globalizado, no qual assistimos a uma infância fragmentada entre a produção e o consumo que, ao mesmo tempo em que gera e consolida uma concepção sujeito de direitos e de cidadania, ganha visibilidade em novos investimentos e relações de poder.

Na vida cotidiana de uma metrópole como Belo Horizonte parece configurar como problema a (im)possibilidade da experiência no processo de construção social das infâncias. Evidencia-se, ora uma prescrição restritiva universalizando e homogeneizando as infâncias, ora o abandono e o isolamento das crianças relegando a relações próprias a grupos de pares que, ao mesmo tempo, abandonam e isolam, multiplicam uma infância fragmentada e privatizada que perde, cada vez mais, o sentido do público e das relações sociais, especialmente no espaço da cidade.

Entendemos assim ser fundamental compreender as práticas cotidianas “com” e “no” espaço, nos diferentes fragmentos espaciais da metrópole. Nas relações estabelecidas pelas crianças entendemos ser possível desvendar uma apropriação dos espaços, ou seja, como realizam suas práticas sócio-espaciais referidas à cidade.

Ao investigar a presença das crianças no espaço social contemporâneo que apresenta, notadamente, formas instituídas por aquilo que lhe é mais característico (urbanismo, arquitetura, ruas, parques, espaços de lazer, experiências de brincadeiras etc), há que destacar como estas carregam em suas práticas formas de usos e apropriações dos espaços (públicos e privados) e, ao mesmo tempo, como anunciam, tensionam e ressignificam os sentidos dos espaços na metrópole.

4. O CONTEMPORÂNEO E OS SHOPPING CENTER: INFÂNCIA, LAZER E CULTURA DO CONSUMO.

Cabeça vazia, cheia de informação ...¹

Larossa (2002), problematizando a noção de *experiência*, assinala a velocidade e o excesso de informações como categorias centrais do cotidiano contemporâneo: cumprem-se inúmeros compromissos e eventos, somos bombardeados por informações e desejos sistematicamente; ao mesmo tempo, nada nos acontece, nos toca e, tampouco, nos transforma.

A infinidade de tarefas e atividade as quais somos submetidas não ser revelam como possibilidade de experiência. s na medida em que elas não os tocam, quer dizer não produz transformações: *“nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara”*.²

Nesse contexto, a falta de tempo faz com que todos pareçam sempre estar correndo: somamos, ao final do dia, mais afazeres do que de fato o dia comporta; acumulamos frustrações de experiências não vividas, protelando-as para outro tempo, que nem sabemos se virá, pois talvez nem uma vida inteira seria o bastante para vivê-las todas. Tornamo-nos colecionadores de atos de consumo. (PEREIRA, 2002)

Nesse ritmo incessante, inaugurado pelo modo de produção capitalista vivemos pautados na dispersão, na simultaneidade e na superficialidade, tanto das vivências e experiências, quanto das relações humanas. Inúmeros estímulos trazem sensações fugazes e efêmeras, que impedem a memória, uma vez que cada acontecimento é imediatamente substituído por outro, não permitindo deixar qualquer vestígio.

O sujeito moderno não só está informado e opina, mas também é um consumidor voraz e insaciável de notícias, de novidade, um curioso impertinente, eternamente insatisfeito. Antunes (2006) afirma que essa busca no consumo (ilimitado) reflete a tentativa de um preenchimento simbólico de uma vida desprovida de sentido autenticamente humano e social.

¹ Letra de música do grupo Tianastácia. Tianastácia. Na boca do sapo tem dente. EMI, 2004.

² LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência, 2002

Os Shoppings, como afirma Padilha (2006, p.13), constituem “templos de consumo do capital”, “catedral de mercadorias”, um espaço de lazer reificado que vigora no universo de um mercado mundializado de bens e serviços. Pretende-se, com isso, criar um espaço urbano seguro, eficiente, ideal, concentrando várias opções de consumo e de relações sociais. Envolve a todos tanto pela inclusão quanto pela exclusão, produzindo e reproduzindo discursos repetidos e desejados, com poucas possibilidades de compreendê-los e decodificá-los, exigindo o mínimo possível de reflexão, reafirmando a *impossibilidade* da experiência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, buscamos problematizar a construção social das infâncias no contemporâneo, sobretudo, as implicações éticas, políticas e estéticas das presenças e participações sociais das crianças na produção da espacialidade urbana. Propusemo-nos elaborar um discurso reflexivo sobre os shoppings centers em um contexto urbano marcado e significado por uma cultura do consumo. Essas reflexões assinalam a complexidade das transformações dos espaços urbanos, especialmente, pela mediação de interesses privados, e como esse processo se expressa na construção social das infâncias no contemporâneo. A possibilidade de experiências de infância no urbano contemporâneo vai ganhando contornos e visibilidades que se revelam, cada vez mais, pela privatização e pelo isolamento dos sujeitos.

De certo, a produção do espaço urbano não escapou/escapa de uma histórica produção de um hegemônico sentido urbano-industrial-capitalista que vem constituindo os rumos e signos dos espaços e tempos das cidades. A mercantilização de parcelas de terrenos, definindo os termos através dos quais prosperara a chamada especulação imobiliária, demarca as coações do mercado. E todas essas apropriações inevitavelmente têm passado pelas mediações do mercado, pela propriedade. Ao mesmo tempo, as relações dos indivíduos e grupos com o espaço (com a cidade por exemplo) também é objeto de prescrições através de normas definidas no âmbito do Estado.

Procuramos, assim, oferecer subsídios para pensarmos sobre os tempos e espaços de lazer no contexto urbano contemporâneo e seus reflexos na produção de subjetividades das diferentes crianças, elucidando desafios para nossa ação cotidiana, bem como para a discussão de políticas de infância marcadas por políticas de direito, para além de uma lógica de bens e serviços e por uma cotidianeidade cada vez mais programada. (LEFEBVRE, 1999)

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Marília. *O pesquisador e seu outro*. Bakhtin e as ciências humanas. Rio de Janeiro: Musa, 2001.
- ANTUNES, R. Apresentação. In: PADILHA, Valquíria. *Shopping center: a catedral das mercadorias*. São Paulo, Boitempo, 2006.
- CASTRO, Lucia Rabello de (org.). *Infância e adolescência na cultura do consumo*. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1998.
- CASTRO, Lúcia Rabello de. Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. In: CASTRO (Org.). *Crianças e jovens na construção da cultura*. Rio de Janeiro: Nau/FAPERJ, 2001.
- GIDDENS, Anthony. *Novas regras do método sociológico*. Lisboa: Gradiva, 1996.

- KRAMER, Sonia. Infância, Cultura contemporânea e educação contra a barbárie. *In*: BAZÍLIO; KRAMER. *Infância, educação e direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2003
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1970] 1999.
- PADILHA, Valquíria. *Shopping center: a catedral das mercadorias*. São Paulo, Boitempo, 2006.
- PEREIRA.R. M. R. Tudo ao mesmo tempo agora: Considerações sobre a infância no presente. *In*: GONDRA, J. G.(org) *História, Infância e escolarização*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.(149-167).
- SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.
- SARMENTO, M. J.; PINTO, M. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. *In*: PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (coord). *As Crianças: contextos e identidades*. Coleção infans – Centro de estudos da criança. Universidade do Minho.1997.
- SOUZA, Solange Jobim. *Subjetividade em questão: a infância com crítica da cultura*. Rio de Janeiro, 7Letras, 2000.

Leandra Fernandes Resende
Rua Coronel Pedro Jorge, 110 – Prado – Belo Horizonte.
leandralibra@hotmail.com

José Alfredo Oliveira Debortoli
Rua Orlando Lima Melo, 653 – Xangri-lá – Contagem.
dbortoli@effto.ufmg.br